

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS
Prática Extensionista

PROJETO (2024.1)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

- PROGRAMA
- PROJETO
- CURSO
- OFICINA
- EVENTO
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL

Área Temática: Temas de Direito Empresarial.

Linha de Extensão: Direito Empresarial: contratos mercantis.

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Feira do produtor da Vicente Pires

Título Geral: SOCIEDADE LIMITADA

Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

Curso: Direito

Coordenador de Curso: Adalberto Nogueira Aleixo

Articulador(es)/Orientador(es): Prof. Amaury Walquer Ramos de Moraes

Aluno(a)/Equipe:

Nome Completo	Curso / Matrícula	Telefone
Aline Santana de Lima	Direito	61 991833250
Anna Clara de Oliveira Assis	Serviços Jurídicos e Cartoriais	61 996894984
Glénia Gleica Fernandes	Direito	61 999464644
Ítalo Vieira Barros	Direito	61 984462630
Maria Eduarda Ferreira Silva	Direito	61 984961627
Náthalie do Nascimento Belém	Direito	61 983271923
Pedro Henrique Valadares	Direito	61 995966406

Vilaca		
Yan Lima Amaral Moura	Direito	61 994322058

Apresentação:

O projeto se propõe a explorar e analisar os diversos aspectos relacionados às sociedades limitadas, uma estrutura empresarial comum em muitos países ao redor do mundo. Inicialmente, será feita uma revisão da literatura para compreender os conceitos fundamentais, características e funcionamento das sociedades limitadas, incluindo suas vantagens e limitações em comparação com outras formas de organização empresarial.

Em seguida, o foco se voltará para as questões legais e regulatórias envolvidas na criação, gestão e dissolução de sociedades limitadas, examinando as leis aplicáveis e os requisitos formais em diferentes jurisdições. Isso incluirá uma análise das responsabilidades dos sócios, estrutura de governança, distribuição de lucros e procedimentos para resolver conflitos internos.

Por fim, o projeto buscará oferecer recomendações para empreendedores, investidores, profissionais jurídicos e outros interessados em sociedades limitadas, visando facilitar uma melhor compreensão e tomada de decisão nesse contexto empresarial dinâmico e complexo.

Fundamentação Teórica:

A sociedade limitada (Ltda.) é uma das formas mais comuns de organização empresarial no Brasil, caracterizada por ser uma sociedade de pessoas onde a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas no capital social. Esta modalidade é regulada pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), especificamente nos artigos 1.052 a 1.087.

O capital social na sociedade limitada é dividido em quotas, que representam a participação de cada sócio na empresa. Os sócios respondem pelas obrigações da sociedade apenas até o limite de suas quotas subscritas, o que significa que, em caso de falência ou dívidas da empresa, os bens pessoais dos sócios não são atingidos além desse limite. A constituição da sociedade limitada se dá através do contrato social, documento essencial que deve conter informações como a denominação da empresa, o

objeto social, o capital social, a participação de cada sócio e as regras para administração da sociedade.

A administração da sociedade limitada pode ser exercida por um ou mais sócios ou por administradores não sócios, desde que designados no contrato social ou em ato separado. As responsabilidades e poderes dos administradores devem estar claramente delineados no contrato social. As deliberações sociais, ou seja, as decisões importantes da sociedade, são tomadas conforme as regras estabelecidas no contrato social, sendo comum a previsão de deliberações por maioria de votos, proporcionalmente à participação de cada sócio no capital social.

Fábio Ulhoa Coelho, referência no direito empresarial brasileiro, explica em sua obra "Curso de Direito Comercial" que a sociedade limitada combina características de sociedades de pessoas e de capital, destacando a limitação da responsabilidade dos sócios como uma das principais vantagens dessa modalidade societária.

Fran Martins, em seu livro "Curso de Direito Comercial", aborda detalhadamente a sociedade limitada, explicando a importância do contrato social e as peculiaridades na administração e nas deliberações dos sócios.

Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa, em "Sociedades Limitadas", aprofunda-se nos aspectos contratuais e nas responsabilidades dos sócios e administradores, oferecendo uma análise minuciosa do regime jurídico aplicável às sociedades limitadas.

Portanto, as sociedades limitadas representam uma forma prática e segura de organização empresarial, permitindo a proteção do patrimônio pessoal dos sócios e oferecendo flexibilidade na gestão e administração da empresa.

Tema Geral:

Sociedade Ilimitada, Formação Do Nome Empresa, Responsabilidade Dos Sócios, Capital Social: Divisão Em Cotas, Administração Por Sócios, Concelho Fiscal, Capital Social E Exclusão Dos Sócios, E Dissolução

Tema Específico do Grupo:

Direito das Sociedades Limitadas: Conscientização e Divulgação

Problema verificado:

Muitos membros da comunidade podem não ter acesso a recursos ou informações sobre as leis e regulamentações que regem a formação e operação de sociedades limitadas. Isso pode resultar em empreendedores operando empresas de forma informal ou ignorando requisitos legais importantes, colocando-os em risco de penalidades legais.

Objetivo geral:

Orientar aos pequenos empresários regras básicas sobre a constituição e gestão de sociedades limitadas é fundamental para garantir uma base sólida e sustentável para seus negócios, visando promover uma gestão eficaz, sustentável e inclusiva dessas entidades empresariais. Por meio de uma abordagem multidisciplinar que combina aspectos legais, econômicos, sociais e organizacionais, busca-se aprofundar o conhecimento sobre as melhores práticas de governança, gestão de conflitos, desenvolvimento de estratégias e inclusão de stakeholders nas decisões empresariais.

Objetivos específicos:

- Fazer visitas à associação de empreendedores
- Promover apresentações;
- Criar cartilha para explicar ao público-alvo o tema abordado;
- Envolver o público-alvo com a leitura dos textos e pesquisas realizadas;
- Capacitar empresários e empreendedores quanto a importância do entendimento da sociedade empresária

Justificativa:

A abordagem do projeto se justifica pelo fato ser fundamental não apenas para o sucesso individual dos empreendedores, mas também para promover o desenvolvimento econômico sustentável e o avanço do conhecimento acadêmico sobre gestão empresarial.

Empoderamento empresarial:

Capacitar pequenos empresários com conhecimentos sólidos sobre sociedades limitadas os capacita a tomar decisões mais informadas e estratégicas para o crescimento de seus negócios. Isso pode levar a uma maior independência financeira e autonomia dentro de suas comunidades.

Redução das Desigualdades Econômicas:

Ao facilitar o acesso a informações e recursos sobre formas de organização empresarial mais eficazes, como as sociedades limitadas, o projeto pode contribuir para reduzir as disparidades econômicas ao fornecer oportunidades mais equitativas para empreendedores de todas as origens.

Estímulo ao Empreendedorismo Local:

Ao fornecer orientação e educação sobre sociedades limitadas, o projeto pode incentivar o surgimento de mais empresas locais e empreendedores dentro das comunidades. Isso pode ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico local, criando empregos, estimulando o investimento e fortalecendo as redes empresariais locais.

Contribuição para o Conhecimento:

O projeto pode gerar novos insights e conhecimentos sobre as práticas de gestão empresarial em contextos específicos, como empreendedorismo em comunidades marginalizadas ou economias emergentes. Isso enriquece o corpo de conhecimentos acadêmicos sobre o assunto.

Fomento à Pesquisa Interdisciplinar:

Ao abordar aspectos legais, econômicos, sociais e organizacionais das sociedades limitadas, o projeto promove uma abordagem interdisciplinar para o estudo da gestão empresarial. Isso pode estimular a colaboração entre diversas áreas acadêmicas e promover a inovação na pesquisa.

Desenvolvimento de Recursos Educacionais:

O projeto pode resultar na criação de materiais educacionais, como guias, manuais ou cursos online, que podem ser utilizados por instituições acadêmicas e organizações de apoio empresarial para capacitar futuros empreendedores. Isso contribui para a educação empreendedora e o desenvolvimento de habilidades empresariais em diferentes contextos.

Metas:

- Mostrar aos empresários o surge a pessoa jurídica e os efeitos dela,
- Mostrar aos empreendedores Realizações de Atividades Econômicas
- Limitação da Responsabilidade dos Sócios
- Facilidade de Administração
- Proteção do Patrimônio Pessoal
- Flexibilidade nas Deliberações
- Atratividade para Investidores
- Fazer apresentações abordando os temas: sociedade limitada
- Fazer materiais digitais interativos (slides)
- Criar perfil no Instagram que abordará o tema de sociedade limitada

Hipótese / Resultado esperado:

Com a aplicação do projeto, espera-se informar os pequenos empreendedores sobre os fundamentos e benefícios da sociedade limitada, ao mesmo tempo em que se busca despertar na população um maior interesse pelo empreendedorismo. O objetivo é incentivar a exploração de diversas atividades econômicas, abrangendo desde a prestação de serviços e o comércio até a produção industrial, sempre com o foco na geração de lucro.

Metodologia:

- Realização de apresentações;
- Uso de Textos produzidos;
- Uso de cartilhas explicativas;
- Publicações no perfil do Instagram;
- Visitas presenciais;

Data de início: 14 de março de 2024

Data de término: 1 de julho de 2024

Referência Bibliográfica:**Livros:**

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Volume I. 25ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Empresa – Volume 8. 16ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento e Procedimentos Especiais. Volume 2. 19ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Volume I. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. Sociedades Limitadas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Legislação:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código de Processo Civil.

BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13105-16-marco-2015-780273-publicacaooriginal-146341-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

Artigos e Dissertações:

CONCEIÇÃO, Simone Esteves. O princípio do acesso à Justiça e a conciliação no Poder Judiciário. Tese (Monografia)- Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Vila Nova Santana, Assis – SP, 2011. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf.

CORREA, Lucas Alves. Os Juizados Especiais Cíveis como instrumento de acesso à Justiça. Monografia (Curso de Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2021.

DUTRA, Maristela Aparecida; SILVA, Christopher Davis Rodrigues da. A importância do Juizado Especial Cível e a solução de lides na Comarca de Perdizes/MG. Revista Jurídica Uniaraxá, v.21, n.20, p.221-244, 2017.

MADEIRA, Marcell Fernando Alves. A Consolidação como Instrumento de Acesso à Justiça e o uso da Tecnologia para sua efetivação. Tese (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé -ICM-Macaé, 2019. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11011/TCC%20-%20MARCELL%20MADEIRA%20%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

PAVLACK, Cleci. Entenda direito: o que é a arbitragem? 2018. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/52169>.

UNTURA NETO, Marcos. O Conselho Nacional do Trabalho e a construção dos direitos sociais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-10012014-165049/publico/Dissertacao_mestrado_Marcos_Untura_Neto.pdf.

Documentos Institucionais e Websites:

CALVET, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique. A Quarta Revolução Industrial e a Reforma Trabalhista: impactos nas relações de trabalho no Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/conciliacao>.

CLT. Consolidação das Leis do Trabalho. 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/#:~:text=A%20Media%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20uma%20forma,melhor%20solu%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20conflito>.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-justica-comum-e-a-justica-especializada>.

CONINA. Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Código de Ética para Mediadores. 2023. Disponível em: <https://conima.org.br/mediacao/codigo-de-etica-para-mediadores/#:~:text=Imparcialidade%3A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20fundamental%20ao%20Mediador,a%20interferir%20no%20seu%20trabalho.>

MARQUES, Hildebrando da Costa. Entendendo direito: o que é arbitragem? 2018. Disponível em: <https://www.tjmt.jus.br/noticias/52169>.

NARDI, Francieli Trevisan de; COSTA, Michele Romero da; FORNO, Pietro Toaldo Dal. Juizado Especial Cível: superando o mito de Sísifo. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v.1, n.2, p.22-30, 2006.

NORMAS LEGAIS. 2024. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/responsabilidade-socios-sociedades.htm#:~:text=Direitos%20e%20Obriga%C3%A7%C3%B5es%20dos%20S%C3%B3cios&text=Os%20s%C3%B3cios%20s%C3%A3o%20obrigados%2C%20na,pelo%20dano%20emergente%20da%20mora.>

PROJURIS. Software Jurídico Eficiente. 2023. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/mediador-judicial-formacao/#:~:text=O%20mediador%20como%20comunicador,-Sob%20essa%20perspectiva&text=O%20fato%20%C3%A9%20que%20ele,reflexiva%20ou%20dial%C3%B3gica%2C%20por%20exemplo.>

ROCHA, Felipe Borring. Manual dos juizados especiais cíveis estaduais: teoria e prática. 12ª ed. Barueri: Atlas, 2022. 342p.

SANTOS, Isaías Pereira dos; UHLMANN, Gabriel; BRANCO, Beatriz Regina. A desconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais Cíveis. In: SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO DA UNIVILLE, 5., 2020, Joinville. Anais... Joinville, Universidade da Região de Joinville, 2020. p.255-264.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. 2019. Disponível em: <https://international.stj.jus.br/pt/Poder-Judiciario-Brasileiro/Organizacao-funcional/Justica-comum.>